



A DOCTRINA DO HIGIENISMO NA REVISTA DE EDUCAÇÃO E ENSINO: OCTAVIO PIRES E A HIGIENE DOS INTERNATOS

Alberto Damasceno
Universidade Federal do Pará, Brasil
albertod@ufpa.br

Suellem Pantoja
Universidade Federal do Pará, Brasil
smartinspantoja@gmail.com

Joaquina Ianca Miranda
Universidade Federal do Pará, Brasil
joaquinaianca@gmail.com

RESUMO

O objetivo deste artigo é identificar e compreender as ideias de Octavio Pires sobre a higiene nos internatos. Para tanto, realizamos uma pesquisa histórica, utilizando como fontes os artigos publicados na *Revista de Educação e Ensino*, entre fevereiro e novembro de 1892, por Octavio Pires, seu diretor, principal articulista e um dos divulgadores da doutrina do higienismo no Pará. No tratamento dos dados, utilizamos a técnica de análise de conteúdo quando observamos a forte influência e a constante recorrência a experiências europeias da época, sempre citadas como referências imprescindíveis para as lideranças educacionais paraenses. Também constatamos a intervenção dos agentes higienistas nas produções e práticas educativas, não só no que tange à definição de espaços físicos e conteúdos programáticos, mas também aos próprios métodos de ensino, prescrições de “controle”, “vigilância” e “fiscalização” como elementos constitutivos da implementação do higienismo nas escolas, revelando a forte preocupação com a disciplina e a moral.

Palavras-chave: Higiene Escolar. Instrução Pública. Internatos.

LA DOCTRINA DEL HIGIENISMO EN LA REVISTA DE EDUCACIÓN Y ENSEÑANZA: OCTAVIO PIRES Y LA HIGIENE DE LOS INTERNADOS

RESUMEN

Este artículo es resultado de una investigación más amplia sobre la educación en la Primera Republica en el estado de Pará. El objetivo es identificar y comprender las ideas de Octavio Pires sobre la higiene en los internados. Para esto, hacemos una investigación histórica, teniendo como fuentes los artículos publicados en el periódico *Revista de Educação e Ensino*, entre febrero y noviembre de 1892, por Octavio Pires, su director, principal articulista y uno de los difusores de la doctrina del higienismo en Pará. En el tratamiento de los datos, utilizamos la técnica de análisis de contenido. A partir de los estudios hechos, vemos una fuerte influencia y la constante remisión a experiencias europeas en la época, siempre mencionadas como referencias imprescindibles a los líderes educacionales en Pará. También se pudo constatar la intervención de agentes higienistas en las producciones y practicas educativas, no solamente sobre la definición de espacios físicos y contenidos programáticos, sino también sobre los propios métodos de enseñanza, así como a las prescripciones de “controló”, “vigilancia” y “supervisión” como elementos constituidores de la implementación del higienismo en las escuelas, lo que revela una fuerte preocupación con la disciplina y la moral.



Palabras clave: Higiene Escolar. Instrucción Pública. Internados.

THE DOCTRINE OF HYGIENISM IN THE JOURNAL OF EDUCATION AND TEACHING: OCTAVIO PIRES AND THE HYGIENE OF BOARDING SCHOOLS

ABSTRACT

This article aims at identifying and comprehending the ideas of Octavio Pires on hygiene in the boarding schools. For this purpose, historical research was developed based on articles published in the *Revista de Educação e Ensino*, between February and November 1892, by Octavio Pires, who was its director, main columnist and one of the promoters of the hygienism doctrine in Pará. Concerning the treatment of data, we use the technique of content analysis when we notice the strong influence and the constant recurrence to European experiences at that time, constantly quoted as essential references for educational leaders in Pará. We also observe the intervention of hygienist agents in educational productions and practices, not only regarding the definition of physical spaces and program content, but also the teaching methods themselves, prescriptions of “control”, “surveillance” and “inspection” as elements that had constituted the implementation of hygiene in schools, revealing the intense apprehension with discipline and morals.

Keywords: School Hygiene. Public Instruction. Boarding schools.

LA DOCTRINE DE L'HYGIENISME DANS LE JOURNAL DE L'EDUCATION ET DE L'ENSEIGNEMENT: OCTAVIO PIRES ET L'HYGIENE DES INTERNATS

RESUMÉ

L'objectif de cet article est d'identifier et de comprendre les idées d'Octavio Pires sur l'hygiène de l'embarquement. À cette fin, nous avons mené une recherche historique, en utilisant comme sources les articles publiés dans la *Revista de Educação e Ensino*, entre février et novembre 1892, par Octavio Pires, son directeur, chroniqueur principal et l'un des diffuseurs de la doctrine de l'hygiène dans À partir des données, nous utilisons la technique d'analyse de contenu lorsque nous observons la forte influence et la récurrence constante des expériences européennes de l'époque, toujours citées comme des références essentielles pour les responsables de l'éducation au Pará. On note également l'intervention d'agents hygiénistes dans les productions et pratiques éducatives, non seulement en ce qui concerne la définition des espaces physiques et du contenu des programmes, mais aussi les méthodes pédagogiques elles-mêmes, les prescriptions de «contrôle», de «surveillance» et d '«inspection» comme éléments constitutifs de la mise en œuvre de l'hygiène dans les écoles, révélant le fort souci de discipline et de morale.

Mots-clés: Hygiène scolaire. Instruction publique. Pensionnats.

INTRODUÇÃO

Em pleno processo de investigação sobre a educação no alvorecer da Primeira República no Pará — na virada do século XIX para o século XX —, defrontamo-nos com um conjunto de artigos escritos por Octavio Pires sobre a higiene dos internatos no Pará.



Consideramos, por um lado, a grande repercussão do higienismo na organização dos sistemas educacionais nacionais e estaduais daquela época e, por outro, a riqueza de fontes documentais a serem analisadas, aliadas à recorrente abordagem deste tema na historiografia da educação. Com isso, passamos a nos ocupar do assunto a fim de identificar e compreender as ideias de Octavio Pires sobre o higienismo nos internatos, manifestas em um conjunto de artigos na *Revista de Educação e Ensino*¹, periódico de publicação mensal vendido por assinatura² que a partir de julho de 1893, com o aumento da subvenção do governo, passou a ser distribuído gratuitamente a todos os professores públicos primários.

Para levar a cabo a tarefa, iniciamos com uma revisão da produção acadêmica em História da Educação que faz referência à questão da higiene escolar naquele período, justamente tendo em vista construir um suporte conceitual para nossas reflexões. Dentre os estudos sobre higiene e controle médico, destacamos: o estudo de Ferreira (2003), que tem por base as dissertações da escola médico-cirúrgica do Porto, em Portugal; o trabalho de Valentim, Pereira e Leite (2016) sobre os projetos eugênicos e higiênicos na formação de professores na Primeira República; os estudos de Conceição (2012) acerca dos colégios-internatos no período que se estende de 1840 a 1950; o estudo de Goellner (1992) sobre a Educação Física no Brasil e sua relação com o método Francês; o trabalho de Vago (2000) que tratou do movimento de afirmação de uma nova cultura escolar em Belo Horizonte tendo por base a Educação Physica e Gymnastica no ensino primário no início do século XX e os artigos de Oliveira (2009) e Soares (2021) que tratam da educação do corpo no contexto da educação física.

O estudo de Vianna (2015) também foi base fundamental para esta pesquisa, na medida em que aborda a relação entre educação e higienismo e sua materialização nos periódicos pedagógicos produzidos e publicados no estado do Pará, entre os anos 1891-1912. A autora afirma que os discursos em defesa da higienização do espaço, do tempo e das atividades escolares eram feitos no intuito de moldar corpos e mentes. Enquadramos nosso estudo nessa mesma vertente, com o propósito de identificar as ideias difundidas por Pires sobre a higiene dos internatos – instituições que eram tidas como espaços educativos por excelência, mas que, como será demonstrado ao longo do texto, configuravam-se como instituições de controle dos educandos, as quais encontravam fundamento para suas ações nos pensamentos higienistas em voga na época, amplamente propagandeados pela imprensa paraense.

¹ Periódico paraense do final do século XIX, com circulação mensal, fundado por volta de 1891; abordava temas educacionais e pedagógicos voltados para o professorado. Embora não seja possível afirmar a data de encerramento de sua circulação, no setor de Obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna encontramos somente os exemplares dos anos de 1891 a 1895.

² O valor da assinatura era de 6\$000 por semestre e 10\$000 por ano para os assinantes da capital, já para o interior e outros estados o valor semestral era de 7\$000 e o anual de 12\$000.



No que tange aos documentos, utilizamos: o Decreto nº 981 de 8 de novembro de 1890, referente à Reforma Benjamin Constant, que aponta em seus dispositivos iniciais a preocupação com a higiene (BRASIL, 1890); os exemplares da *Revista de Educação e Ensino* disponíveis na Biblioteca Pública³ (PIRES, 1891, 1892a, 1892b, 1892c, 1892d, 1892e, 1892f, 1892g, 1892h, 1892i, 1892j); e o Regulamento Escolar do ensino primário de 1890 (PARÁ, 1890). Processamos essas fontes em duas fases: em um primeiro momento, fizemos o levantamento e a preparação dos documentos a serem analisados; e em um segundo momento, desenvolvemos a análise do seu conteúdo propriamente dito a partir de um “processo de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação seguida de um reagrupamento baseado em analogias, a partir de critérios definidos” (FRANCO, 2005, p. 63).

Este processo denominado análise de conteúdo foi pautado na obra de Maria Laura Franco (2005), que o adota no campo educacional. Ela o define como um conjunto de técnicas de análises e procedimentos sistemáticos com objetivo de descrever e fazer inferências de conteúdo, observável e latente, das mensagens, verbal ou escrita, de determinada comunicação em que o sujeito da mensagem é reconhecido como ativo na produção do conhecimento da mesma, trazendo consigo as condições contextuais de quem a produz.

Entre as seções da revista, priorizamos a coluna “Pedagogia” nas edições em que o diretor do periódico escreveu sobre a “Hygiene dos Internatos”. Posteriormente, buscamos identificar os subtemas abordados que serviram de categorias de análise: localização, edificação, número de alunos em relação ao edifício, alimentação, higiene da inteligência, recreios, exercícios físicos e precauções sobre a saúde dos educandos. Em seguida, identificamos as concepções inerentes às reflexões ali expressas e seus principais referenciais teóricos, buscando sistematizar o pensamento do autor em relação à matéria. Tendo em vista a premissa de Ferreira (2003, p. 15) de que “para além da intervenção sobre o corpo, a medicina perspectivava alcançar o indivíduo como um ser social”, nossa hipótese foi a de que, para além das proposições de “higienização” dos ambientes educativos, seus defensores intervieram em assuntos de natureza didático-pedagógica, corroborando orientações que exerciam certo grau de domínio no campo da Educação e propondo uma defesa intransigente da intervenção médica no espaço escolar.

A IMPLANTAÇÃO DO HIGIENISMO E OS INTERNATOS NO BRASIL REPUBLICANO

³ Biblioteca Pública Arthur Vianna, situada no Centro Cultural Tancredo Neves, vinculado à Fundação Cultural do Estado do Pará.



Segundo Góis Junior e Lovisolo (2003), no final do século XIX e início do XX, chegava ao Brasil uma doutrina que tinha como foco a preocupação com a saúde do povo brasileiro, tanto no âmbito individual quanto coletivo; seus pilares eram a defesa da educação e da saúde pública, assim como o ensino de novos hábitos higiênicos. O Higienismo, também conhecido como Movimento Sanitarista, ganhou maior visibilidade a partir da proclamação da República, quando as maiores cidades do país passaram a vivenciar um processo mais intenso de industrialização e acelerada urbanização.

A partir de então impôs-se uma nova configuração a estas urbes, sobretudo com o crescimento do comércio internacional, das “correntes imigratórias e, principalmente, a presença de contingentes populacionais ‘livres’ concentrados no espaço urbano [que] deram nova complexidade à estrutura social do país” (SOUZA; MELO, 2013, p. 2). Neste contexto, os republicanos buscaram desenvolver medidas com o objetivo de higienizar a população por meio do “controle higiênico dos portos, a proteção da sanidade da força de trabalho e o encaminhamento de uma política demográfico-sanitária que contemplasse a questão racial” (SOUZA; MELO, 2013, p. 2). Dessa forma, o movimento higienista no Brasil objetivava moldar o comportamento da população brasileira por meio de ações que integravam diferentes profissionais, como aqueles vinculados à medicina e todos aqueles que possuíam alguma ligação com a instrução pública, vistoriando e intervindo nas mais diversas instituições escolares – entre elas, o internato.

Ao analisar as dissertações apresentadas pelos alunos da Escola Médico-Cirúrgica do Porto (Portugal), desde 1837 até ao início do século XX, Ferreira (2003) afirma que, com o avanço do século, as dissertações que se preocupavam com as crianças começaram a abranger novos temas, como a educação física e moral, higiene escolar e das crianças, além de breves considerações sobre a alimentação na primeira infância. Assim, “nesse momento, [...] são abordados vários outros que [...] seguem uma orientação de higiene social” (FERREIRA, 2003, p. 13). Já Conceição (2012), ao analisar as teses de doutoramento produzidas nas Faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, no período de 1840-1928, observou que a questão do higienismo ocupou lugar de destaque e foi:

o tema geral através do qual os médicos, formados na FAMEB, interessaram-se em diagnosticar e apresentar prescrições sobre a educação nos colégios. Assim, o internato aparece nas teses dos facultativos formados pela Faculdade de Medicina da Bahia quando os autores tratam da temática —Higiene dos colégios ou —Higiene escolar, em que são estudados assuntos como: local,



disposição e condições dos cômodos do edifício, serviços do colégio, tempo escolar, vestimenta, asseio e castigos físicos. (CONCEIÇÃO, 2012, p. 16).

Estes estabelecimentos de internação, segundo Conceição (2012), tinham um modelo escolar com características específicas que os diferenciavam de outras escolas, principalmente pelo isolamento social e pelo rígido controle exercido sobre aqueles que ali habitavam. Com isso, as saídas e entradas eram monitoradas; livros, jornais e revistas eram inspecionados antes de serem lidos; tudo com o intuito de evitar interferências externas que de alguma maneira pudessem afetar a educação dos internos.

Historicamente, a educação oferecida nos internatos ficou restrita aos filhos de famílias abastadas, pois somente essa parcela da população podia arcar com as expensas do internato, uma vez que o investimento feito “para colocar um filho ou filha no internato estava na relação da eficácia de reprodução ou da importância do capital cultural institucionalizado transmitido nesses estabelecimentos em relação ao capital econômico das famílias (CONCEIÇÃO, 2012, p. 16).

Neste contexto, não é de se estranhar que Octavio Pires tenha dado início a uma série de artigos que tinham em vista aprofundar aspectos sobre a temática da Higiene Escolar, sobre os quais já se havia tratado em edição anterior, na matéria denominada “Hygiene escolar e suas vantagens”. Já naquele momento, Pires se propunha a fazer uma compilação dos escritos que tinha lido sobre o assunto e mostrar em que consistia a temática. Seguindo um hábito comum à época, Octavio Pires usa em sua argumentação trechos de teses de médicos higienistas, como Umbelino Marques e Alfredo Borges. A esse respeito, Zucoloto (2007, p. 139) informa que médicos influenciados pela literatura europeia se preocuparam com a “falta de higiene urbana e começaram a tratá-la em teses apresentadas às Faculdades de Medicina a partir de meados do século XIX, [...], tendo como tema a higiene escolar”, assunto que irá permear tanto o conteúdo legislativo quanto o da imprensa republicana brasileira e paraense.

A HIGIENE E A EDUCAÇÃO NOS INTERNATOS DO ESTADO DO PARÁ

Em Belém, a higiene escolar foi implementada por uma série de iniciativas de ordem legal, como a criação da Polícia Municipal, que tinha o papel de “zelador da ordem pública”, garantindo que os cidadãos agissem conforme os padrões higiênicos determinados pelas autoridades sanitárias.



O movimento higienista pode ser caracterizado como um dos mais ambiciosos projetos de intervenção social que conheceu a modernidade ocidental. Pretendendo mais que definir novos padrões de saúde, tinha na educação de novas formas de sensibilidade uma das suas principais motivações. [...] As preocupações com a infância – nascimento, lactação, banhos, asseio corporal, vestuário –, com a vida doméstica – saúde e papel social da mulher, limpeza, prevenção de doenças e vícios como o álcool e o jogo – e com o espaço público – urbanização, ordem, combate à propagação de moléstias e epidemias – formam um conjunto nada desprezível sobre o que pode ser caracterizado como moderno e modernizador, ainda que iniciativas voltadas para a saúde individual e social não sejam prerrogativas apenas dos tempos modernos. (BOLUFER PERUGA, 2000 *apud* PYKOSZ; OLIVEIRA, 2009, p. 136).

Sarges (2002, p. 145) confirma que as leis e códigos de posturas intensificaram esse controle e exerceram “papel regulador dos aspectos mais diversos da cidade, desde a higienização dos estabelecimentos públicos, [...] até o controle de alimentos a serem vendidos à população”. Ferreira (2003) chama atenção para o fato de que essa tendência já vigorava em Portugal na virada do século XIX para o século XX. Para ele, “o campo médico parecia querer abarcar [...] aspectos inerentes ao fenômeno da escolarização de então, decorre desta colocação algo tendencialmente hegemônica em que se posicionava a medicina da época” (FERREIRA, 2003, p. 15).

Segundo Pykosz e Oliveira (2009, p. 136), a partir do último quarto do século XIX e, principalmente, nas três primeiras décadas do século XX, “o que se viu foi uma verdadeira cruzada higiênica que mobilizou médicos, educadores, engenheiros e todos aqueles ligados de alguma maneira à causa da instrução pública”. O crescente movimento pela renovação pedagógica oferecia o esteio propício para que, pela via da biologia, da psicologia e da antropologia, a higiene como corpo doutrinário ganhasse espaço no âmbito escolar (PYKOSZ; OLIVEIRA, 2009). Os internatos, equipamentos educativos por excelência, também foram alvos desse tipo de controle. Esses estabelecimentos se multiplicaram e eram tidos como especializados:

pois não misturavam, [...] crianças abandonadas com adolescentes ‘prostitutas’ ou com os ‘delinquentes’. Pensava-se que, se eles ficassem juntos, se ‘contaminariam’. A ideia da pureza e da limpeza, funcionando como vetor de construção de ‘apartheid’ social é explícita nestas práticas. (MARCÍLIO, 1998 *apud* LEMOS; VASCO, 2012, p. 14).

Nesta linha de raciocínio, compreendia-se a necessária transmutação do povo de seu estado de brutalidade para um estado de urbanidade, e como esta missão impunha tornar-se hábito para que a maior quantidade possível de pessoas se transformasse em habitantes da cidade. A partir disso, seria adequado supor que o Estado também se integrava a esse esforço



por meio de sua diretoria geral de instrução pública, aprovando um Regulamento Escolar que corroborava as premissas defendidas pela doutrina higienista. Em 1879, um ano antes da aprovação do *Regulamento Escolar, Programmas, Horario e Intrucções Pedagogicas* — ao qual ficaram submetidas as escolas paraenses —, uma dissertação da escola médico cirúrgica do Porto (Portugal) asseverava, de modo peremptório, a necessária intervenção médica no ambiente escolar. Destacava que,

Cada meio tem uma hygiene sua, que lhe é própria, e o da escola também a deveria ter. E tem-na. É por isso que na sciencia se encontram regras relativas á situação, exposição, luz e mobília d'estas casas d'instrucção, aos trabalhos, attitudes, exercícos, jogos e doenças dos seus habitantes temporários – os alumnos. E hoje que as escolas se multiplicam, que por toda a parte se proclama a instrucção obrigatória, compellindo todos os indivíduos á frequencia escolar, mais que nunca abundam argumentos para se justificar a legitima intervenção da hygiene n'este grupo de edificios de que estamos falando. (CRUZ, 1879 *apud* FERREIRA, 2003, p. 16).

Essa prática também foi adotada no Brasil, conforme atesta um estudo sobre a introdução da Psicologia nos programas da Escola Normal do Distrito Federal. Naquele período,

A reforma curricular de 1890 trouxe para o cenário brasileiro a ideia definitiva de implantação de uma educação laica, representada pela coexistência entre os sexos na instrução primária, pela obrigatoriedade do método intuitivo, pela padronização nas condutas e pela preocupação “científica” com as condições higiênicas e de moralidade dos lugares de ensino. (VALENTIM; PEREIRA; LEITE, 2016, p. 141).

De fato, a referida reforma, levada a cabo por Benjamin Constant, delineava já em seu primeiro artigo a preocupação com o tema:

Art. 1º E' completamente livre aos particulares, no Districto Federal, o ensino primario e secundario, sob as condições de moralidade, hygiene e estatistica definidas nesta lei.

§ 1º [...]. Para dirigir estabelecimento particular de educação será exigida esta mesma prova e mais o certificado das boas condições higienicas do edificio, passado pelo delegado de hygiene do districto.

[...]

§ 3º Na parte relativa ao ensino, a inspecção dos estabelecimentos particulares limitar-se-ha a verificar que elle não seja contrario á moral e á saude dos alumnos. (PARÁ, 1890, não paginado).

Entretanto, cinco meses antes no Pará, o diretor geral de instrução pública, José Veríssimo, já havia criado um regulamento escolar que apresentava dispositivos característicos



do higienismo, normatizando o comportamento dos membros da comunidade escolar, tendo em vista o rigoroso cumprimento de seus preceitos⁴. Para os professores, o regulamento estabelecia uma série de prescrições e proibições de natureza higiênica, moral, política e religiosa.

Art. 3º. Os professores devem apresentar-se na escola decentemente vestidos, dando aos seus alumnos pela correção e aceio de seu traje e porte uma lição moral. É-lhes prohibido apresentarem-se em chinellos.

Art. 4º. É também expressamente prohibido aos professores, em funções escolares, fumar, occupar-se de assumptos estranhos á escola, muito principalmente politicos e religiosos. (PARÁ, 1890, não paginado).

O espaço físico da escola, assim como o seu mobiliário, também era objeto de regulamentação higiênica. Estabeleciam-se procedimentos habituais de limpeza, localização de dependências e situação de equipamentos, chegando-se a definir a direção da luz sobre os alunos durante a realização de suas tarefas.

[...] Art. 7º. A sala da escola será caiada todos os annos. Deve ser conservada com o maximo aceio, sendo varrida e espanada duas vezes todos os dias antes da entrada da manhã e da tarde, e lavada ao menos uma vez por mez. As janellas serão conservadas abertas, e não só a sala da escola como a casa em que funciona, serão objecto de minuciosos cuidados hygienicos.

[...]

Art. 9º. Para o serviço exclusivo dos alumnos houvera em toda escola latrinas, lavatorio e agua de beber, tudo installado segundo os preceitos da hygiene escolar e mantido sempre com o mais escrupuloso aceio.

Art. 11. A mobilia escolar será installada de accordo com as prescrições da hygiene escolar, devendo os alumnos, quando escreverem, receber a luz pela esquerda.

[...]

Art. 30. O local dos recreios deve ser perfeitamente secco e arejado, e será conservado em rigoroso aceio. (PARÁ, 1890, não paginado).

Os alunos também deveriam estar sujeitos a um conjunto de determinações higiênicas e de controle, bem como à fiscalização de seu próprio corpo.

Art. 13. Os meninos devem apresentar-se na escola aceiados e decentes.

Art. 14. A primeira meia hora da entrada da manhã será em todas as escolas consagrada á inspecção de aceio, verificação do estado dos dentes, orelhas cabelo, unhas, dos alumnos, acompanhada de observações moraes e recommendações sobre a necessidade e hygiene dos cuidados corporaes.

[...]

Art. 23. Antes de começar a lição de escripta o professor repetirá sempre as regras e observações sobre a posição do corpo, da mão e do papel, corrigindo por si mesmo as posições defeituosas e contrarias á hygiene. (PARÁ, 1890, não paginado).

⁴ Tratava-se do *Regulamento Escolar, Programmas, Horario e Intrucções Pedagogicas para as Escolas Públicas do Estado do Pará*, aprovado pelo governador Justo Leite Chermont em julho de 1890 (PARÁ, 1890).



Claramente normativas e de domínio externo, tais prescrições são enfatizadas por Viana (2015, p. 107), quando observa os “diversos elementos que são alvos de intervenção da racionalidade médico-higienista como a faixa etária, a postura corporal, a infraestrutura escolar, critérios para matrícula e atuação médica”; isso também incluía “o equilíbrio do funcionamento corporal, objetivo caro à racionalidade médico higiênica, deveria ser promovido por meio da aplicação dos preceitos higiênicos” (VIANA, 2015, p. 107). Diante do alto grau de detalhamento das normas, é possível inferir que existiram dificuldades para que se concretizasse tudo o que nelas se encontrava. Talvez por isso, Octavio Pires tenha afirmado que no Pará não se cuidava do tema com a devida aplicação que merecia, sobretudo por se tratar de um “delicadíssimo assumpto, de grande utilidade para as gerações que surgem e de vantagens indiscutíveis” (PIRES, 1891, p. 129), razão por que provavelmente assumiu a tarefa de discutir e divulgar informações sobre o assunto.

AS IDEIAS DE OCTAVIO PIRES SOBRE A HIGIENE DOS INTERNATOS⁵

Octavio Olympio da Rocha Pires foi nomeado professor na escola de Melgaço, em 1854. Além de professor, foi examinador de autossuficiência, inspetor escolar e membro do Conselho Superior de Instrução Pública do Pará; também participou da direção e organização do primeiro congresso pedagógico paraense, na condição de primeiro secretário, e foi fundador e professor normalista, ao lado de Augusto Pinheiro, do Collegio Minerva. Teve um forte posicionamento político em favor de melhorias comunitárias e foi ativo em manifestações populares para defesa de direitos sociais; chegou a ser sócio da associação dos abolicionistas, que agia em prol dos escravos, e membro da Associação Beneficente Literária e Recreativa dos Professores, em defesa dos direitos dessa categoria, além de ter sido membro do partido e congresso Republicano.⁶ Foi redator e diretor da *Revista de Educação e Ensino* do órgão de

⁵ As informações acerca da vida de Octavio Pires ainda são muito dispersas e esparsas. Na tentativa de construirmos uma bibliografia, procuramos informações em vários sites e sistemas de busca. Na busca, encontramos homônimos que tornaram algumas fontes imprecisas e seu resultado mais seletivo. Entretanto, foi possível desenvolver uma síntese da coleta de dados a respeito deste professor. Dentre os sites de busca, obtivemos fontes relacionadas ao professor Otávio Pires na Hemeroteca da Biblioteca Nacional <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx> e referências ao autor em discursos adquiridos no sistema de entregas digitais “CRL Digital Delivery System” <http://ddsnext.crl.edu/>

⁶ De acordo com Cunha (2008) “nos primeiras anos da República foram realizadas as primeiras reuniões que visavam à fundação de um partido político de âmbito nacional. Segundo um dos principais organizadores das reuniões, o político campineiro Francisco Campineiro Glycério, a grande motivação para a criação do partido foram as diversas revoltas e movimentos contestatórios que ameaçavam o estabelecimento do recém implantado regime Republicano. [...] As inúmeras reuniões realizadas na capital federal resultaram na formação em 30 de julho de 1893, do Partido Republicano Federal (PRF)” (CUNHA, 2008, p. 17). Embora tenha sido criado com o



Instrução Pública do Estado do Pará no período de 1891 a 1895, do qual também foi membro da secretaria geral. Seus inscritos na imprensa paraense não se limitaram a essa revista. Octávio Pires também escreveu sobre a política do Amazonas — onde foi deputado da Assembleia Legislativa e suplente ao cargo de juiz municipal — para o jornal *Estado do Pará*, e sobre educação popular para o jornal *Folha do Norte*⁷.

Trata-se, portanto, de um intelectual do Pará que, na função de diretor da *Revista Educação e Ensino*, pôde publicar reflexões e discussões importantes acerca da educação local, nacional e mundial, assim como pôde se dedicar a assuntos específicos da educação paraense com intuito de contribuir com a formação do professorado, pautando-se em pensamentos republicanos e de cunho higienista (DAMASCENO; ARAÚJO, 2016). Neste artigo, como já informamos, destacamos suas ideias sobre a higiene dos internatos presentes na revista que dirigia.

No primeiro texto analisado, após fazer uma série de ilações sobre a necessidade de os governos civilizados preocuparem-se com o desenvolvimento das crianças e o lugar importante que a higiene escolar teria na educação pública, o autor afirma estar provado “que o caracter do individuo forma-se mais pela educação physica do que pela cultura mental; sem o concurso d’aquella, esta torna-se improductiva” (PIRES, 1891, p. 129). Relacionando persas, espartanos e atenienses como exemplos de povos que davam à educação física um cuidado particular, Pires conclui que a higiene é o meio pelo qual se poderia conseguir o desenvolvimento físico e, com pesar, diz que no Pará absolutamente nada foi feito neste sentido.

A partir das afirmações de Pires podemos identificar seu alinhamento com as ideias difundidas no Brasil após a proclamação da República que atribuíam à escola a função de:

introjetar nas crianças maneiras julgadas superiores, modos considerados civilizados [...] nesse movimento, os corpos das crianças tornaram-se alvo do investimento da escola, sendo colocado no centro das práticas educativas: constituí-lo, ou reconstituí-lo, racionalmente, tornou-se atribuição da escola (VAGO, 2000, p. 126).

intento de unir as forças existentes nos diferentes estados, tal feito não foi alcançado tanto que no ano de 1897 ocorreu a cisão do PRF resultado das discordâncias entre seu líder Francisco Glycério e Prudente de Moraes então presidente da República. Nesse contexto parte do Partido Republicano Paraense (PRP) decidiu seguir a posição assumida por Lauro Sodré de apoiar o líder do PRF (CUNHA, 2008).

⁷ Segundo Lacerda (2006) o periódico paraense foi fundado pelo médico Cipriano Santos e pelo bacharel em direito Enéas Martins, teve seu primeiro exemplar veiculado em 1º de janeiro de 1896, “diversos assuntos estiveram constantemente impressos nas páginas da *Folha do Norte*, dando a esse jornal características populares, na medida em que circulava por vários segmentos sociais, em todo o estado do Pará e até mesmo ‘fora da Amazônia’” (LACERDA, 2006, p. 9).



Segundo Oliveira (2000), as práticas educativas influenciadas pelo movimento médico higienista e pela ginástica francesa do século XIX compreendiam o corpo como objeto de conhecimento, coerção e intervenção, devendo ser ensinado a se posicionar, se alinhar e se portar no espaço, contendo e reprimindo desejos, vestindo-se não apenas de trajes, mas de moral, intermediado por múltiplos saberes e práticas que iam da higiene às boas maneiras. Tais práticas adentraram o espaço escolar e contribuíram para a consolidação da ideia de que “o corpo e a sua educação mereciam atenções e cuidados especiais de todos aqueles que se preocupavam com a instrução pública [...]” (OLIVEIRA, 2009, p. 132).

Outra dimensão a ser destacada no discurso do diretor da revista é o teor crítico em relação aos antigos “representantes” do regime monárquico, “que só se preocupavam da política; e que política! A que preferia o individuo á collectividade, o interesse de um e poucas vezes o de muitos ao interesse da pátria” (PIRES, 1891, p. 130). Argumentava ainda como foi dessa “criminosa indiferença” que nasceu o descalabro da instrução pública. No entanto, diz ele, “não é raro ver-se accusar o professorado por faltas que não são suas” (PIRES, 1891, p. 130).

Esta crítica é uma característica do pensamento educacional da passagem do Império para a República, que na tentativa de consolidar o novo regime passou a “afirmar uma educação republicana a partir da negação da imperial” (CARDOSO, 2015, p. 2) vista como atrasada e ultrapassada. O novo regime buscou ancorar-se nos princípios da ciência pedagógica moderna praticadas nos países europeus considerados civilizados.

Na primeira parte⁸ de seus escritos acerca da higiene dos internatos, Pires se dedica a refletir sobre o local apropriado para esse tipo de estabelecimento, posto que este é o “primeiro ponto sobre que se lançam os olhares do higienista, na organização de um internato” (PIRES, 1892a, p. 17). Fundamentando sua defesa intransigente da higiene escolar, defendia que “o movel do educador não se restringe unicamente á índole e ao intellecto do infante ou adolescente: estende-se também á parte physica ou corporal d’essas entidades” (PIRES, 1892a, p. 17). Por isso, ele considerava indiscutível que a Pedagogia invocasse “o potente auxilio da medicina, ou que o mestre entre de braço com o medico no seu collegio” (PIRES, 1892a, p. 17). A questão inicial (“importantíssima”) que o autor apresenta é se os internatos devem ficar dentro ou fora das cidades, e responde que os preceitos higiênicos proíbem que os mesmos fiquem nos centros populosos das grandes cidades. Citando trabalhos de Célestin Hippeau⁹

⁸ Fevereiro de 1892 (I – Da localização).

⁹ Outros trabalhos que tratam de Célestin Hippeau são: *Leituras da Ilustração Brasileira: Célestin Hippeau (1803-1883)* e *A educação comparada no século XIX: a obra de Célestin Hippeau (1803-1883)*, ambos de Maria Helena Camara Bastos (2002, 2003); *Célestin Hippeau: Contribuições para a história da escola primária e dos métodos*



sobre a localização dos colégios nos Estados Unidos e na Inglaterra, e de Aimé Riant¹⁰, sobre internatos na França, Pires (1892a) conclui que a localização ideal para esses estabelecimentos:

É a localização distante dos centros populosos, onde o educando, longe dos bulícios da vida activa do trabalho, encontre um socego ameno para as meditações em seus livros; onde, embora afastado do grande convívio social, tenha no entanto os deleites de uma vida livre nos domínios do collegio; onde, posto que retirado das diversões das cidades, ache, todavia, distração nos encantos da natureza. (PIRES, 1892a, p. 18).

Corroborando essa ideia, Conceição (2012) aponta em seus estudos que, buscando atender às questões da higiene, os proprietários dos internatos na cidade do Rio de Janeiro consideravam que o local mais saudável para se estabelecer os internatos eram “chácaras ou sítios nos arrabaldes da cidade, afastados das distrações do centro urbano” (CONCEIÇÃO, 2012, p. 136).

No seu segundo artigo¹¹, Octavio Pires disserta sobre a questão da construção dos internatos, referindo-se à “configuração que devem receber, a fim de que correspondam ao ideal da hygiene em tais edificações” (PIRES, 1892b, p. 33). Ele relaciona três tipos básicos de prédios utilizados para esse fim, antes do advento do higienismo. O primeiro, diz, era fechado pelos quatro lados com um pátio no meio; o segundo compunha-se de um corpo e dois apêndices, conformando um desenho parecido com a letra E, e o terceiro tinha apenas uma fachada, com varanda ou corredor interno de passagem para todos os compartimentos. Em Belém, um exemplo do primeiro modelo seria o “Collegio do Amparo”¹²; como do segundo modelo, teríamos o “Seminário do Carmo”¹³; e do último grupo, tínhamos o “Asylo de Santo Antonio”¹⁴.

de ensino no Brasil, de Analete Regina Schelbauer (2006); e *Olhos na América - uma leitura dos relatórios Hippeau*, de José Gonçalves Gondra (2002).

¹⁰ Outros trabalhos que mencionam Aimé Riant são: *A higiene escolar em Pernambuco: espaços de construção e os discursos elaborados*, tese de Rozélia Bezerra (2010); e *A escolarização das práticas corporais em meio a 'babel da instrução publica' baiana: os confrontos em torno da gymnastica, musica e dança*, de Djalma S. Melo Júnior (2015).

¹¹ Março de 1892 (II – Da edificação).

¹² O Collegio do Amparo foi “inicialmente denominado de Recolhimento das Educandas, foi criado em 1804 pelo Bispo do Pará, Manoel de Almeida Carvalho, na cidade de Belém do Pará para abrigar meninas índias. Esse estabelecimento foi instalado no dia 10 de junho do mesmo ano em uma casa de aluguel pertencente ao Seminário Episcopal, à Rua do Açougue” (FRANÇA; FRANÇA, 2011, p. 177).

¹³ Cruz informa que uma das instituições religiosas existentes na capital do estado era o convento do Carmo, que por muito tempo ajudou na formação católica dos paraenses (CRUZ, 1973, p. 23).

¹⁴ De acordo com Sabino, foi fundado um asilo no Colégio de Santo Antônio, em 1871, destinado à educação de meninas órfãs e a formação de alunas na escola normal. Primeiramente este asilo estava assentado na escola do Carmo e só posteriormente passou para as dependências do Colégio de Santo Antônio. Para coordenar os trabalhos com as meninas, a Igreja representada por D. Macedo Costa contou com a ajuda das Irmãs Dorotéias (SABINO, 2012, p. 169).



Para o autor, apenas o terceiro tipo é o que oferece as melhores condições higiênicas, pois não é vulnerável às ausências de circulação livre do ar e não impede a penetração dos raios solares. Utilizando-se mais uma vez dos estudos de Hippeau e Riant, o próprio Pires reverbera como o melhor plano para a edificação de um internato, de acordo com o ideal da higiene, seria a adoção do:

Systema de pavilhões isolados, de um andar tão somente, sufficientemente elevada do solo e sobre cavas, contendo cada um d'elles um pequeno numero de alumnos. Cada pavilhão deve ser separado do seu visinho por um espaço bastante largo para a livre renovação do ar, espaços estes atapetados de verduras ou adornados de jardins, que servirão ao mesmo tempo de fontes excellentes de ar puro, de agradável distracção á vista e de occupação manual de primeira ordem. (RIANT *apud* PIRES, 1892b, p. 34).

No terceiro artigo sobre o tema¹⁵, Pires aborda o que ele diz ser “uma das questões mais importantes, se não a mais importante, sobre a hygiene dos collegios” (PIRES, 1892c, p. 49): o máximo de pessoas que estes estabelecimentos podem comportar. Ele cita o ar, o espaço e a luz como três elementos indispensáveis, respectivamente, para a manutenção da vida, para a comodidade dos inquilinos e para o expurgo, durante o dia, de toda a umidade da noite. Após esboçar um cálculo relativo ao consumo de oxigênio por pessoa e a melhor localização das janelas para a boa ventilação, passa a argumentar sobre o espaçamento entre as camas. Tendo sempre em vista o problema da umidade do ambiente, Pires se utiliza de uma passagem de Riant, na qual o francês assevera ser “bom que um dormitório nunca encerre mais de 20 a 30 alumnos. Assim, a disciplina, a moral e a hygiene serão bem executadas” (RIANT *apud* PIRES, 1892c, p. 50). Logo após, conclui que a exposição do dormitório para o Leste é melhor do que para o Oeste, ainda mais porque a ventilação “vem para nós das bandas do oceano, que lhe garante a pureza” (PIRES, 1892c, p. 51).

No seu quarto artigo¹⁶, Octavio Pires continua a tratar da quantidade de alunos nos internatos, abordando os espaços de aula e de estudo. Defende que os espaços para estas atividades sejam diferentes, pois considera que “não haverá tempo sufficiente, durante os curtos recreios, de ser completamente expurgado dos miasmas exhalados pelos alumnos que sahirem, sendo por isso rapidamente augmentado pelos educandos que entrarem” (PIRES, 1892d, p. 65). Para comprovar sua tese, ele cita uma experiência do higienista Paolo Mantegazza (a quem nomina Montegazza) com dois pássaros colocados em diferentes redomas, uma com cal virgem e outra com carvão mineral, cujo resultado foi a sobrevida daquele que estava junto ao carvão.

¹⁵ Abril de 1892 (III – Do numero de alumnos em relação ao edificio).

¹⁶ Maio de 1892 (IV – Do numero de alumnos em relação ao edificio).



Após estas e outras considerações, ele fixa o máximo de quarenta educandos em cada espaço, cada qual com um metro quadrado de área, em salas com altura mínima de cinco metros. Assim, diz ele, “um aluno ficará com 5mc [cinco metros cúbicos] de ar, que deverá ser corrente, para a sua constante renovação” (PIRES, 1892d, p. 66).

A quantidade de quarenta alunos por sala seria conveniente não só em razão da higiene, mas também por causa do que ele chama “fiscalização por ocasião do estudo que não pôde deixar de ser perturbado, quando o numero é exagerado” (PIRES, 1892d, p. 66). Adotando um tom melancólico, o autor atenta para o completo abandono da higiene dos colégios e atribui a este mais um motivo da rápida degeneração física da juventude paraense. Ao final de suas reflexões, defende ainda a quantidade máxima de trezentos alunos por internato. A esse respeito, cita Riant, observando que tal definição se dá pelo fato de que um provedor ou diretor, apesar de todo zelo e capacidade, e da quantidade e aptidão de seus auxiliares, “não poderia exercer uma vigilância eficaz e acceciar [sic] uma responsabilidade séria, além d’este limite” (RIANT apud PIRES, 1892d, p. 66). Para Riant, “há na quantidade, quando excessiva, uma influencia misteriosa para o mal, que nullifica todas as precauções e todos os cálculos. Não é só o contágio, é a influência epidêmica, não só moral como physica, que é preciso temer em um semelhante meio” (RIANT apud PIRES, 1892d, p. 66).

No quinto e sexto artigo sobre a higiene dos internatos¹⁷, Octavio Pires tratou da alimentação dos alunos, considerando-a um assunto “capitalissimo, sobretudo para as idades de que nos occupamos” (PIRES, 1892e, p. 81). O autor compara o corpo humano, em suas diferentes fases, desde a infância até a velhice, a um estabelecimento bancário, com seu livro de entradas e saídas. “No organismo humano, o livro de carga é representado pelas tres especies de alimentação: gazona, liquida e solida; o da descarga, pelas diversas excreções e secreções materiais expellidas” (PIRES, 1892e, p. 81). A enorme importância atribuída por Pires à nutrição pode ser avaliada em uma passagem na qual critica o professor ou o diretor do internato que, “para castigar um seu alumno por não ter sabido a lição, ou para puni-lo de qualquer infracção regimental, priva-o de um ‘lunche’ ou de merenda, prohi-be-lhe a ceia ou um jantar, é simplesmente um bárbaro em face da sociedade, é um verdadeiro assassino perante as leis higienicas” (PIRES, 1892e, p. 82). Os exemplos citados dão conta de religiosos em cujos colégios os alunos eram punidos com isolamento em cárcere sem luz e ventilação, com pão e água apenas. Uma dessas vítimas – conhecida por Pires – “chegou a supportar uma d’estas

¹⁷ Junho de 1892 (V – Da alimentação); Julho de 1892 (VI – Da alimentação).



recluzões por espaço de 8 dias e 8 noites consecutivas, sem que os necessarios asseios de gabinete fossem executados” (PIRES, 1892e, p. 82).

Pires continua a temática da alimentação e enfatiza a ideia de que a bondade da alimentação humana depende de três condições necessárias e imprescindíveis: a qualidade, a quantidade e o preparo. No que tange à qualidade, Pires refere-se a três tipos de alimentos que devem sempre estar presentes na alimentação dos alunos: “albuminoides ou proteicos”, os “amylaceos ou amylo-assucarados” e os “graxos ou gordurosos”. No que diz respeito à quantidade, ele a classifica segundo as circunstâncias da pessoa e relaciona: “a idade, a constituição mais ou menos robusta; o temperamento: sanguineo, lymphatico, nervoso ou bilioso; os exercicios corporaes mais ou menos ativos; o trabalho mais ou menos prolongado; o clima, a estação, a temperatura, etc.” (PIRES, 1892f, p. 97).

Em relação ao preparo, critica a cozinha como um dos grandes defeitos e um dos grandes males da maioria dos nossos colégios:

Quantas vezes, temos nós ouvido referir, assim como chegam os generos do mercado assim vão para vastas caldeiras, sem a mais simples e rapida lavagem [...] Quantas vezes temos nós ouvido relatar, a turma de educandas, de semana na cozinha, não tem testemunhado a presença de insectos, de productos extranhos, etc., na ebulição das sopas! (PIRES, 1892f, p. 98).

Após a crítica, assevera que o asseio, a consistência, a condimentação e a variedade são os requisitos essenciais para o preparo ótimo do alimento humano, usando como prova do que diz – contestando a dificuldade de variar os alimentos – o cardápio de um dos liceus da França durante duas semanas consecutivas, sem que apresentasse os mesmos pratos ou repetição de refeições.

Na sétima parte¹⁸ do trabalho de Octavio Pires aborda um assunto cuja denominação é incomum: a higiene da inteligência. Ele argumenta que, assim como há a ginástica muscular, existe a ginástica cerebral, “que consiste em exercicios racionaes e a pouco e pouco mais fortes, cujo fim é avigorar os diversos centros das nossas faculdades cephalicas” (PIRES, 1892g, p. 113). Para ele, cabe ao professor a tarefa de auxiliar e regularizar este desenvolvimento, “tornando o homem cada vez mais homem” (PIRES, 1892g, p. 113). Neste sentido, o diretor do internato deve ter em vista duas preocupações “capitais” e de conteúdo claramente didático. Uma diz respeito às disciplinas a ensinar, e a outra, à distribuição do tempo a ser utilizado. Quanto às disciplinas, Pires alega que devem ser observadas a qualidade da matéria, a extensão

¹⁸ Setembro de 1892 (VII – Higiene da inteligência). Cabe destacar que não houve edição no mês de agosto, em razão de reparos em uma das máquinas de impressão da revista.



da tarefa e a sua variedade, arriscando alguns diagnósticos, prescrevendo procedimentos que considera adequados ao professor. No âmbito da qualidade da matéria, cabe ao mestre “saber distinguir qual convém melhor ao seu aluno, não só quanto á força intellectual que este já possui, como no sentido de augmental-a sempre um pouco mais, dando-lhe um vigor novo que ainda não possui” (PIRES, 1892g, p. 114).

No que tange à extensão da tarefa, recomenda que – dependendo da “robustez do intellecto do educando” – não haja exageros, do contrário o mestre pode “tornar-lhe a intelligencia obtusa ou incomprehensivel pela fadiga, arriscando-o mesmo a qualquer enfermidade, como consequência da retenção immovel por muitas horas” (PIRES, 1892g, p. 113). Referindo-se à variedade das disciplinas, diz ele, é necessária não só como descanso, mas também como meio de cativar o gosto pelo trabalho. Deste modo, o mestre deve “amenisar a aridez das suas lições, variando-lhes os temas” (PIRES, 1892g, p. 113). Quanto à distribuição do tempo a ser utilizado, ele diz tratar-se de um ponto que pertence mais particularmente aos diretores de internatos.

Alega que é um erro gravíssimo contra a higiene e mesmo uma “deshumanidade prender-se por longas horas uma pobre criança, *maximé* si é de constituição debil, constringendo-a a ficar assentada em um banco, com os olhos sobre uma carta, sem um livro certo, sem um proveito real” (PIRES, 1892g, p. 114).

Finalizando seu artigo, Pires ensaia uma espécie de cronograma no qual distribui as tarefas escolares com seus respectivos tempos de duração, evidentemente tendo em vista os critérios da higiene.

Os estudos da manhã não devem exceder a duas horas nem as aulas a uma hora [...]. Á tarde, sai as aulas podem ter a mesma duração que as da manhã, todavia os estudos não convém ultrapassar a uma hora e meia [...]. Além d’estes limites, podemos ficar certos que nada obteremos: a fadiga sobrevirá e, como consequência, a distração. (PIRES, 1892g, p. 114).

Viana (2015) pontua que a concepção de higiene mental ou da “inteligência” no período republicano “possivelmente atendeu a pelo menos dois propósitos: formar o sujeito que maximiza o uso de seu tempo e valoriza o trabalho; formar um cidadão saudável e, conseqüentemente, produtivo à nação brasileira” (VIANA, 2015, p. 136). Tratava-se então, de alargar ainda mais os domínios da doutrina higienista sobre o alunado, a exemplo da preocupação com a nutrição do corpo para em seguida argumentar sobre a higiene da mente que rege este corpo, das faculdades mentais que devem ser educadas em prol da formação do cidadão sadio.



No seu oitavo artigo¹⁹, Pires disserta sobre o tema dos recreios, partindo do princípio de que, após o trabalho intelectual, o melhor descanso é a distração ou a diversão, de preferência desenvolvidas sempre com atividade muscular. Isso se daria porque, segundo ele, “a bôa saude do homem, as suas verdadeiras condições de estabilidade vital, resultam principalmente do equilibrio no desenvolvimento dos tres grandes systemas: osseo, muscular e nervoso” (PIRES, 1892h, p. 131). Continua ao alegar que não basta que os intervalos sejam repetidos e prolongados, mas que também não se façam sedentários, de modo que “o movimento tome n’elles um character de obrigação” (PIRES, 1892h, p. 131). Além disso, o autor condenava o diretor de internato que considerasse um bom comportamento do aluno a sua inércia corporal ou a falta de atividade física: “A moralidade ahi seria uma hypocrisia, e, conseguindo elle fornecer illustrações ao mundo, não lograria comtudo dar á Patria cidadãos sadios” (PIRES, 1892h, p. 131). Finalizando, Pires elogia o fato de, na Inglaterra, os alunos consagrarem muitas horas aos exercícios físicos e também de terem todo seu tempo livre após as aulas. Entretanto, desaprova a iniciativa em relação a nossos alunos: “longe de nós, porém, o pensamento de aconselhar uma tão livre prática, com a tendencia que tem a nossa geração para estabelecer o abuso em tudo e sempre” (PIRES, 1892h, p. 132).

É ainda em consonância, e quase dando seguimento à higiene da inteligência, que ele trata dos recreios numa perspectiva educativa e formativa na qual “a recreação deveria servir à recuperação de energias gastas no trabalho. O lazer perdia seu caráter de gratuidade e progressivamente definia-se como higiene física e mental” (COSTA, 2004, p. 184).

Na nona parte do seu trabalho, Pires²⁰ trata dos exercícios físicos e se refere às variadas maneiras que podem ser utilizadas para pôr em execução o “movimento preciso” (PIRES, 1892i, p. 147). Começa por citar duas ordens de exercícios de Riant. A primeira compreende jogos, passeios, marchas e salto. Na segunda — que ele diz precisar de ensino metódico —, ele inclui a equitação, a dança, a marcha ritmada, os exercícios militares e a ginástica. Sem esconder sua predileção pelos exercícios da segunda ordem, defende que os mesmos “devem ter o seu tempo próprio, marcado pelo regimento interno da casa, na hora mais conveniente” (PIRES, 1892i, p. 147). Recomenda, no entanto, que a equitação, a natação e a ginástica nunca devam ser consentidas nos recreios que se seguirem às refeições, sendo “mister escolher-se-lhes uma ocasião oportuna e sempre a mais distante possivel d’aquelas operações” (PIRES, 1892i, p. 148).

¹⁹ Setembro de 1892 (VIII – Dos recreios).

²⁰ Outubro de 1892 (IX – Dos exercicios physicos).



Observamos que Pires tem preferência pela segunda ordem de exercícios na qual encontra-se a ginástica, que de acordo com Goellner (1992), era tida como um elemento fundamental para a educação do homem na sua completude uma vez que era útil para o espírito, alma e corpo. Soares (2021) corrobora essa ideia ao afirmar que na perspectiva da ginástica, “o movimento não apenas corrige, mas educa, regenera, preserva forças e aumenta o vigor dos corpos; é do corpo em movimento que trata a educação como processo amplo de inserção de indivíduos e grupos em distintas esferas da vida pública” (SOARES, 2021, p. 14).

Tratando dos locais para a realização das atividades Pires alega que na cidade de Belém existia a facilidade de um clima ameno e uma localização privilegiada no que se refere ao acesso a “caudalosos rios de aguas tranquillas”, o que poderia facilitar a prática da natação, e vaticina: “não possuir-mos em todos os collegios de internatos uma aula de natação, — é um verdadeiro crime de lesa cuidado, pela educação physica dos nossos futuros concidadãos” (PIRES, 1892i, p. 148). O autor menciona o fato de que o único estabelecimento que teria condições de facultar aos seus alunos esse tipo de exercício — o Seminário do Carmo — por estar situado às margens da Baía do Guajará, não o faz. Critica ainda todos os colégios da cidade por essa deficiência “certamente bem culposa, lastimosissima, imperdoavel mesmo” (PIRES, 1892i, p. 148). Mais à frente, Pires relativiza suas considerações mencionando o fato de que os colégios consignavam nos seus regulamentos a criação das aulas de ginástica, mas não encontravam professores para ministrá-las.

Esta preocupação com a atividade física e com a ginástica, marca o pensamento do final do século XIX e primeiras décadas do século XX, em que se valorizava a moralização, higienização e civilização dos corpos dos alunos das instituições educativas como um veiculador do projeto da formação integral da infância brasileira (PYKOSZ; OLIVEIRA, 2009) e via de modernização e civilização da sociedade (OLIVEIRA, 2009). Desta forma:

O corpo parecia ser o sustentáculo de uma moral ilibada, a qual contribuiria para colocar em marcha uma nação ordeira, equilibrada, limpa, enfim, moderna e civilizada. Percebe-se a aproximação da ginástica, como meio para exercitar o corpo da criança, com a busca pela formação de atitudes pertinentes à saúde, à moral e à sensibilidade do aluno pelo corpo, procurando manter a criança longe de vícios (PYKOSZ; OLIVEIRA, 2009, p.1141-142).

Na décima e última parte de seu trabalho,²¹ Pires se dedica a expor as precauções a serem tomadas acerca da saúde dos educandos e explora a preocupação sobre o estado de saúde, de desenvolvimento orgânico e de predisposições mórbidas de cada aluno. Logo no início do

²¹ Novembro de 1892 (X – Das precauções a tomar sobre a saúde de cada educando).



artigo, afirma que um diretor que se dedica apenas a dar bons a alunos nos exames de final de ano “em nada differe e não passa realmente de um esperto ganhador. A missão de instruir é mais nobre e não é tão simples como á primeira vista parece” (PIRES, 1892j, p. 163). Além disso, reforçando a tônica da necessária medicalização dos problemas sociais, argumenta que “si quanto a simples construcção de um internato deve o architecto inspirar-se nos conselhos medicos, quanto a conservação da saude individual de cada educando, cumpre com maioria de razão ao bom Director ter sempre ao seu lado um Facultativo”²² (PIRES, 1892j, p. 163).

A ausência do expediente de minuciosa inspeção antes da entrada de crianças e moços no internato, segundo ele, inviabiliza a detecção de moléstias e outros males, além de considerar “um erro gravissimo, e infelizmente generalizado e praticado entre nós, o sujeitar-se todos os alumnos de um internato, sem distincção de idade, temperamento e desenvolvimento, ao mesmo regimen disciplinar” (PIRES, 1892j, p. 163). Por outro lado, para superação do mencionado erro, ele considera obrigatório que todo internato “tenha o seu Facultativo de confiança, e que este visite-o pelo menos uma vez por dia, demorando-se o maior praso possivel, e cedendo uma parte d’este tempo ás prescripções aos acamados e outra ás consultas aos que sentirem a menor alteração no seu estado normal” (PIRES, 1892j, p. 163-164). Este ponto do discurso de Octavio Pires, em especial, replicava um importante trecho da dissertação do bacharel médico português Emygdio Pereira da Cruz, ao defender que:

Cada escola deveria ser regularmente visitada por um medico, que examinasse o estado de saude dos alumnos e as suas condições de salubridade do edificio. D’isto faria um relatorio, que enviaria á repartição competente. Este serviço deveria ser retribuído, pois que quando o não fosse, necessariamente deixaria de ser feito com a regularidade requerida. (CRUZ *apud* FERREIRA, 2003, p. 16).

Contestando os “amantes das objeções ou os genios de contradicção” (PIRES, 1892j, p. 164), que colocariam obstáculos à realização dessa e de outras medidas, Pires argumentava, quanto à juventude do estado, que “nossa geração hodierna [...] degenera a olhos vistos [...] entre a multiplicidade de causas que para isso concorrem, não hesitaremos em incluir mais esta: — o nenhum caso que se liga á saude e á hygiene da mocidade estudiosa nos nossos internatos” (Pires, 1892j, p. 164). Finalmente, ao cabo de seu contínuo esforço na divulgação das propostas higienistas para os internatos paraense, Pires revela um vivo desejo de que suas reflexões sejam ouvidas e aceitas pelos diretores desses estabelecimentos.

²² Indivíduo que exerce legalmente a medicina, médico (segundo o dicionário Houaiss).



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do estudo, pudemos observar que a questão da higiene se constituiu em objeto de preocupação da medicina, dos governantes e da imprensa. Para além das propostas sobre a higiene dos colégios e internatos, em sua estrutura e funcionamento, os higienistas tinham em vista — e conseguiram este intento — uma intervenção de grande amplitude no campo da concepção, da organização e das práticas pedagógicas. Se a implementação da doutrina higienista na cidade de Belém compreendeu ações governamentais em diferentes áreas, em especial na saúde e na segurança pública, também teve exitosa interferência na instrução pública, inclusive por meio de medidas normativas presentes no Regulamento Escolar estabelecido pela Diretoria de Instrução Pública do Estado; isso, sem falar na divulgação maciça de seus pressupostos e proposições por meio da *Revista de Educação e Ensino*, entre outros periódicos.

Quanto aos artigos de Octavio Pires sobre a higiene dos internatos, ficaram evidentes a forte influência e a constante recorrência a experiências europeias da época — representadas por Aimé Riant e Célestin Hippeau —, sempre citadas como referências imprescindíveis para as lideranças educacionais paraenses. Pires não só concordava com seus preceitos, como também os reproduzia em seus escritos, revelando-se um apaixonado divulgador de suas ideias. Outro aspecto destacado foram as críticas aos representantes do regime monárquico que, segundo o autor, preferiam o indivíduo em detrimento do coletivo e da pátria. Por outro lado, ficou patente a preocupação com o controle e a vigilância dos infantes e adolescentes frequentadores desses estabelecimentos, demonstrando a influência decisiva dos princípios de domínio moral e a clara ingerência da corporação médica sobre os aspectos pedagógicos. Mesmo tendo como legítimas as preocupações para com a saúde dos internandos, são patentes as prescrições de “controle”, “vigilância” e “fiscalização” como elementos constitutivos da implementação do higienismo nos estabelecimentos de ensino.

Nesse contexto, observamos que a intervenção por parte de agentes higienistas nas produções e práticas educativas ultrapassava a planificação de espaços físicos e conteúdos programáticos, de modo que atingia os próprios métodos de ensino, a formação dos sujeitos e seus corpos, sempre pautada em um ideal de cidadania republicana e de intensa intervenção no âmbito físico e moral, exercendo suas prerrogativas de maneira impositiva, uma vez que os belenenses foram alvos de uma política higienista na qual os pobres ou aqueles que ofereciam resistência ao que estava disposto nos códigos de posturas eram punidos ou excluídos, sendo



afastados do centro da cidade na medida em que a mesma crescia sob os signos da higiene e do progresso.

REFERÊNCIAS

- BASTOS, M. H. C. Leituras da ilustração brasileira: Célestin Hippeau (1803-1883). **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v. 2, n. 3, p. 67-112, jan./jun. 2002.
- BASTOS, M. H. C. A educação comparada no século XIX: a obra de Célestin Hippeau (1803-1883). In: ENCONTRO INTERNACIONAL DA SBEC, 2003, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: PUCRS. 2003.
- BEZERRA, R. **A higiene escolar em Pernambuco: espaços de construção e os discursos elaborados**. 2010. 363 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- BRASIL. **Decreto nº 981, de 8 de novembro de 1890**. Approva o Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Districto Federal. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, [1890]. Disponível em: tinyurl.com/c5uevter. Acesso em: 20 abr. 2021.
- CARDOSO, W. C. R. Literatura Cívico Patriótica: República, Educação e Manuais Didáticos no Pará Republicano (1900-1920). In: XXVII Simpósio Nacional de História. Florianópolis - SC: ANPUH, 2015.
- CONCEIÇÃO, J, T. **Internar para educar: colégios-internatos no Brasil (1840-1950)**. 323 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.
- COSTA, J. F. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.
- CRUZ, E. **História do Pará**. Belém: Governo do Estado do Pará, 1973.
- CUNHA, M. S. C. da. **"Matutos" ou astutos? oligarquia e coronelismo no Pará republicano (1897-1909)**. 2008. 115 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.
- DAMASCENO, K. K.; ARAÚJO, S. M. S. Um intelectual “orgânico”: Octavio Pires e a elaboração da Revista Educação e Ensino, editada no Pará no final do século XIX. **Intellèctus**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 205-223, 2016.
- FERREIRA, A. G. Higiene e controlo médico da infância e da escola. **Cadernos Cedes**, São Paulo, v. 23, n. 59, p. 9-24, abr. 2003.
- FRANCO, M. L. P. B. **Análise de conteúdo**. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.
- FRANÇA, M. P. S. G. S. A.; FRANÇA, S. A. S. F. Colégio Nossa Senhora do Amparo: casa de oração, educação e trabalho (1860-1870). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. esp., p. 175-186, out. 2011.
- GOELLNER, S. V. **O método Francês e a Educação Física no Brasil: da caserna à escola**. 1992. 223 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1992.



GONDRA, J. G. Olhos na América: uma leitura dos relatórios Hippeau, **Educar em Revista**, Curitiba, n. 19, p. 161-185, 2002.

GÓIS JÚNIOR, E.; LOVISOLO, H. R. Descontinuidades e continuidades do movimento higienista no Brasil do século XX. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 25, n. 1, p. 41-54, set. 2003.

LACERDA, F. G. **Migrantes Cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1899-1916)**. 2006. 346 f. Tese (Doutorado) - Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-16072007-105321/publico/TESE_FRANCIANE_GAMA_LACERDA.pdf. Acesso em: 13 dez. 2021

LEMOS, F. C. S.; VASCO, D. S. Alguns percursos históricos entre o higienismo e a medicalização na atenção à infância e às famílias. **Artíficos**, v. 2, n. 4, p. 1-20, 2012.

MELO JÚNIOR, D. S. **A escolarização das práticas corporais em meio a “babel da instrução pública” baiana: os confrontos em torno da gymnastica, musica e dança**. 2015. 192 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2015.

OLIVEIRA, M. A. T. Saberes e práticas sobre a educação do corpo infantil na instrução pública primária nos anos finais do século XIX no Brasil. **Sarmiento**, n. 13, pp. 131-149, 2009.

PARÁ. **Regulamento Escolar, Programmas, Horario e Intruccões Pedagogicas para as Escolas Públicas do Estado do Pará**. Belém: Imprensa de Tavares Cardoso & Cia, 1890.

PIRES, O. Hygiene escolar e suas vantagens. **Revista de Educação e Ensino**, v. I, n. 8, 1891.

PIRES, O. Hygiene dos internatos. **Revista de Educação e Ensino**, v. II, n. 2, 1892a.

PIRES, O. Hygiene dos internatos. **Revista de Educação e Ensino**, v. III, n. 3, 1892b.

PIRES, O. Hygiene dos internatos. **Revista de Educação e Ensino**, v. II, n. 4, 1892c.

PIRES, O. Hygiene dos internatos. **Revista de Educação e Ensino**, v. II, n. 5, 1892d.

PIRES, O. Hygiene dos internatos. **Revista de Educação e Ensino**, v. II, n. 6, 1892e.

PIRES, O. Hygiene dos internatos. **Revista de Educação e Ensino**, v. II, n. 7, 1892f.

PIRES, O. Hygiene dos internatos. **Revista de Educação e Ensino**, v. II, n. 8, 1892g.

PIRES, O. Hygiene dos internatos. **Revista de Educação e Ensino**, v. II, n. 9, 1892h.

PIRES, O. Hygiene dos internatos. **Revista de Educação e Ensino**, v. II, n. 10, 1892i.

PIRES, O. Hygiene dos internatos. **Revista de Educação e Ensino**, v. II, n. 1, 1892j.



PYKOSZ, L. C.; OLIVEIRA, M. A. T. A higiene como tempo e lugar da educação do corpo: preceitos higiênicos no currículo dos grupos escolares do estado do Paraná. **Currículo sem Fronteiras**, v. 9, n. 1, p. 135-158, 2009.

SABINO, E. B. **A Assistência e a Educação de Meninas Desvalidas no Colégio Nossa Senhora do Amparo na Província do Grão-Pará (1860-1889)**. 2012. 157 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

SARGES, M. N. **Belém: riquezas produzindo a belle-époque (1870-1912)**. Belém: Paka-Tatu, 2002.

SCHELBAUER, A. R. Célestin Hippeau: contribuições para a história da escola primária e dos métodos de ensino no Brasil. *In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS HISTÓRIA E EDUCAÇÃO NO BRASIL*, 7., Campinas. **Anais...** Campinas: UNICAMP, 2006.

SOARES, C. L. Educação do corpo: apontamentos para a historicidade de uma noção. **Educar em Revista**, v. 37, 2021.

SOUZA, M. S. A.; MELO, D. P. O pensamento higienista de educação em José Veríssimo e a formação da criança. *In: SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DO MARANHÃO OITOCENTISTA*, 3., 2013, São Luís. **Anais...** São Luís: UEMA, 2013. p. 1-10.

VAGO, Tarcísio Mauro. Cultura escolar, cultivo de corpos: educação Physica e Gymnastica como práticas constitutivas dos corpos de crianças no ensino público primário de belo horizonte (1906-1920). **Educar**, Curitiba, n. 16, p. 121-135, 2000.

VALENTIM, R. P. F.; PEREIRA, B. A.; LEITE, R. F. P. A Psicologia nos programas da Escola Normal do Distrito Federal e sua adesão aos projetos eugênicos e higiênicos da Primeira República brasileira. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v. 16, n. 1, p. 133-154, 2016.

VIANA, L. C. **A colonização de corpos, corações e mentes: educação e higienismo em escritos de periódicos pedagógicos no Pará (1891-1912)**. 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Pará. Belém, 2015.

ZUCOLOTO, P. C. S. V. O médico higienista na escola: as origens históricas da medicalização do fracasso escolar. **Revista Brasileira do Crescimento e Desenvolvimento Humano**, Marília, v. 17, n. 1, p. 136-145, 2007.

Recebido em: 11 de maio de 2021

Aceito em: 08 de outubro de 2021